

# PREGÃO 90025/2026

Serviço Técnico de Manutenção em Equipamentos Oftalmológicos para prestação de manutenção preventiva e corretiva, calibração e fornecimento de peças, componentes e acessórios (mediante procedimento de faturamento e pagamentos eventuais), bem como substituição, em caso de reparo prolongado

Valor: R\$ **31.464,01** (trinta e um mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e um centavo).

Dia 16/07/2026 às 14 h (horário de Brasília)

UASG: 200100

Menor preço do grupo, sistema aberto e fechado

Licitação não exclusiva para ME's e EPP's



ADMINISTRAÇÃO

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**  
**Secretaria de Administração/SG**  
**Subsecretaria de Licitações e Dispensas Eletrônicas/SA**

SEÇÃO 1 – DO OBJETO.....	5
SEÇÃO 2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	5
SEÇÃO 3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	6
SEÇÃO 4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	7
SEÇÃO 5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
SEÇÃO 6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LAN- CES.....	9
SEÇÃO 7 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA.....	12
SEÇÃO 8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE.....	14
SEÇÃO 9 – DOS RECURSOS.....	18
SEÇÃO 10 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	18
SEÇÃO 11 – DA CONTRATAÇÃO.....	20
SEÇÃO 12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	22
1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	22
2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.....	23
3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	26
3.2 Dos serviços:.....	26
3.4 Dos chamados Técnicos.....	27
3.6. Do fornecimento, faturamento e pagamento de materiais excepcionais.....	28
4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	29
Sustentabilidade.....	29
Subcontratação.....	30
Garantia da contratação.....	30
Vistoria.....	30
Consórcio.....	31
5 – EXECUÇÃO DO OBJETO.....	31
5.3 Local da prestação dos serviços.....	31
5.4 Materiais a serem disponibilizados.....	31
5.5 Garantia dos serviços.....	32
6 – GESTÃO DO CONTRATO.....	32
7 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO.....	34
7.2 Do recebimento.....	35
7.3 Do faturamento:.....	37
7.4 Condições de pagamento:.....	37
8 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	38
9 – ESTIMATIVA DE PREÇO.....	39

10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	40
ANEXO A – LISTA DESCRITIVA DOS EQUIPAMENTOS.....	40
ANEXO B – RELATÓRIO DE CHAMADO TÉCNICO – MANUTENÇÃO PREVENTIVA	
ANEXO C – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS.....	42
ANEXO D – DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÕES NO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	43
ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO.....	44
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.....	45
CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.....	45
CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS.....	46
CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO.....	46
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO.....	46
CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE.....	47
CLÁUSULA SÉTIMA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO.....	48
CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	48
CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	49
CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.....	51
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	53
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	53
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	55
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	56
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS.....	56
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES.....	56
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.....	57
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – APROVAÇÃO.....	57
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO.....	57
ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA.....	59

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90025/2026

Processo nº 1.00.000.008863/2025-36

Torna-se público que o Ministério Público Federal, por meio da Subsecretaria de Licitações e Dispensas Eletrônicas, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### SEÇÃO 1 – DO OBJETO

- 1.1. Contratação de Empresa especializada em Serviço Técnico de Manutenção em Equipamentos Oftalmológicos para prestação de manutenção preventiva e corretiva, calibração e fornecimento de peças, componentes e acessórios (mediante procedimento de faturamento e pagamentos eventuais), bem como substituição, em caso de reparo prolongado, dos equipamentos oftalmológicos da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da Procuradoria-Geral da República (SSI-Saúde/PGR), conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto contidas no comprasnet e as constantes no edital, prevalecerão as constantes no edital.
- 1.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos referenciados no índice.

### SEÇÃO 2 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Não poderão disputar esta licitação:
  - 2.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.4.1. Este impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativas contidas no Termo de Referência

2.5.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.6.1. Esta vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Esta licitação não será exclusiva para participação de ME's e EPP's.

2.11 Não Será permitido a participação de pessoa física no certame.

### SEÇÃO 3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no comprasnet no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. A impugnação e os esclarecimentos serão apresentados exclusivamente por meio eletrônico designado “Petitionamento Eletrônico do MPF”.

3.2.1. O licitante interessado, deverá realizar cadastro para solicitação de Senha e Login, no portal “Petitionamento Eletrônico do MPF”. Site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.

3.2.2. Este cadastramento deverá ser realizado por pessoa física, representante ou preposto da licitante.

3.4. Em caso de impossibilidade do cadastramento e da petição serem efetuados no petitionamento eletrônico, será excepcionalmente admitido a envio da impugnação e esclarecimento pelo e-mail [pgr-licitacao@mpf.mp.br](mailto:pgr-licitacao@mpf.mp.br).

3.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

3.7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### SEÇÃO 4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Nesta licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3.5 A falsidade destas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. A falsidade destas declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.8.1. O valor parametrizado de acordo com este item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.9.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## SEÇÃO 5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA



5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos/descontos mínimos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. A proposta deverá ser anexada no sistema conforme modelo do **ANEXO III**.

5.11. Proposta no comprasnet:

ITEM	Descrição	Quant.	Preço Unitário ESTIMADO MÁXIMO (R\$)	Preço Total ESTIMADO MÁXIMO (R\$)
1	Serviço Técnico de Manutenção em Equipamentos Oftalmológicos para prestação de manutenção preventiva e corretiva, calibração e fornecimento de peças, componentes e acessórios (mediante procedimento de faturamento e pagamentos eventuais), bem como substituição, em caso de reparo prolongado	1	21.464,01	21.464,01

**5.11.1. Não serão aceitas propostas com preços unitários superiores aos estimados no Termo de Referência.**



### 5.11.2. Após os lances a proposta deverá ser decomposta conforme ANEXO III.

## SEÇÃO 6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor total
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O modelo de disputa adotado neste certame será o **aberto e fechado**
- 6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.14. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Em relação a itens/grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.23.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.2. Empresas brasileiras;

6.24.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

## SEÇÃO 7 – DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. **SICAF**;

7.1.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.4. **Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU**, no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>;

7.1.5. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

7.2. As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), em conjunto com a **Certidão Negativa Correccional** (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) (<https://certidoes.cgu.gov.br/consulta-inicial>)

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.5. Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do licitante.

7.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciada a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

7.7. Encerrada a análise das condições de participação do licitante, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

7.8. Será desclassificada a proposta que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de serviços de engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **subitem 7.9**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Verificada a conformidade, o pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.10.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.10.2. A critério do pregoeiro, motivadamente, a negociação poderá ser dispensada nos casos onde haja indícios de inexequibilidade de proposta.

7.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.12.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

7.12.1.1. Por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;

7.12.1.2. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.

7.13. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às MEs/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.14 Para efeito de Aceite de Proposta, a Licitante deverá apresentar **Declaração de que possui ou instalará, unidade localizada no Distrito Federal (matriz ou filial)**, conforme modelo do **Anexo D** do Termo de Referência.

7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.16. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

## SEÇÃO 8 – DA FASE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE

8.1. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.2. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.3. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal (Federal, Municipal/Distrital/Estadual), social, trabalhista e econômico financeira

8.4. Os licitantes que **não** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação econômico-financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial emitida pela instância judicial competente;

a1.) Caso a licitante apresente-se em recuperação judicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme termos do Acórdão 1201/2020 TCU.

b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, regulamentos e registrados na Junta Comercial, ou o arquivo sped da Receita Federal, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

b1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

d) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d1) a demonstração desses índices se aplica também às empresas cadastradas no SICAF

8.4.1 Caso a empresa licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado do grupo

8.5. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

8.5.1. A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.5.2. A inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital/Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.3. A regularidade perante a Fazenda Federal, Municipal/Distrital/Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.5.4. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.5.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.5.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.5.7. Estes documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.6. Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.6.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.6.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.6.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.6.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

8.7 A LICITANTE deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por instituição pública ou privada que comprove ter prestado ou estar prestando satisfatoriamente serviços técnicos de Manutenção em Equipamentos Oftalmológicos para prestação de manutenção preventiva e corretiva, calibração e fornecimento de peças e acessórios, bem como substituição, em caso de reparo prolongado, dos equipamentos.

8.8 A LICITANTE deverá apresentar Certidão de registro da empresa no CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia ou no CRT – Conselho Regional dos Técnicos Industriais. A certidão deverá estar dentro do prazo de validade.

8.8.1 A necessidade de registro nos conselhos de classe competentes (CREA ou CRT) fundamenta-se na natureza técnica especializada dos serviços de manutenção de equipamentos médicos. Esta exigência observa a Lei Federal nº 5.194/1966 (onde se incluem a engenharia clínica/biomédica) e a Lei Federal nº 13.639/2018 (onde se incluem os técnicos industriais), garantindo que a execução dos serviços esteja sob a supervisão de profissionais legalmente habilitados.

8.8.2 A aceitação de registro em qualquer um dos conselhos citados, conforme a categoria do profissional responsável, assegura a ampla competitividade do certame e a conformidade com o ordenamento jurídico vigente

8.9 O LICITANTE deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CRT, de responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins de comprovação, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social ou o administrador/diretor ou, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante ou profissional pertencente ao rol de responsáveis técnicos da empresa ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, relativa à execução de serviços de manutenções preventiva e corretiva de equipamentos médicos.

8.9.1 A apresentação da CAT fundamenta-se na necessidade de assegurar que o corpo profissional detém experiência pretérita compatível, em características e complexidade, com o objeto desta contratação. O documento atesta que o corpo técnico possui o conhecimento especializado necessário para garantir a precisão diagnóstica e a segurança terapêutica, mitigando



riscos de falhas operacionais e danos ao erário. Esta medida ratifica o compromisso com a segurança do paciente e com o cumprimento das diretrizes de gerenciamento de tecnologias em saúde estabelecidas pela RDC ANVISA nº 509/2021, que condiciona a segurança dos serviços de saúde à qualificação rigorosa dos agentes envolvidos.

8.10 O LICITANTE disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.11 O LICITANTE deverá apresentar DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, conforme modelo do **ANEXO C** do Termo de Referência, sendo facultada a visita nos termos do subitem 4.4 do Termo de Referência.

8.12. Os documentos referentes à habilitação jurídica, à regularidade fiscal (Federal, Municipal/Distrital/Estadual), social, trabalhista e econômico-financeira poderão ser substituídos pelo registro no SICAF.

8.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar na inabilitação do licitante. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.16. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

8.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.18.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.18.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.21. Poderão ser saneados, no julgamento da habilitação e das propostas, erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

## SEÇÃO 9 – DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante acesso ao portal de serviços do MPF <https://www.mpf.mp.br/mpfservicos>.

## SEÇÃO 10 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 Fraudar a licitação

10.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza,

10.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multa;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. As peculiaridades do caso concreto

10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3.6 critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado do grupo, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor estimado do grupo.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor estimado do grupo.

10.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.6. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e

10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.7 A apuração das infrações administrativas e a aplicação das respectivas sanções observará o devido processo formal definido na Lei 14.133/21 e na Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de setembro de 2023.

10.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de cinco dias úteis, caracterizará a infração do art. 155, VI da Lei 14.133/2021, sendo aplicada a sanção cominada na mesma lei.

10.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

10.14. A personalidade jurídica da LICITANTE poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta licitação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a LICITANTE, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

10.15. As sanções referentes à contratação estão dispostas na Minuta de Contrato **ANEXO II**

## **SEÇÃO 11 – DA CONTRATAÇÃO**

11.1. Depois de homologado o resultado deste pregão, o vencedor será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.1.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF, garantida a eficácia das Cláusulas.

11.2. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

11.3. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela PGR.

11.4. Na assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá comprovar as condições de habilitação exigidas no edital, que deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.

11.5. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

11.6 Nos casos em que o licitante vencedor escolha o seguro-garantia como forma de caução fica estabelecido o prazo de um mês após a homologação do certame e anterior à assinatura do contrato para apresentação deste tipo de garantia.

11.7 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente e para eventuais prorrogações será exigido a regularidade no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.7.1 A existência de registro no CADIN constitui fator impeditivo para a contratação

## **SEÇÃO 12 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

12.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos para o envio de informações e documentos solicitados (via chat ou pela convocação de anexo via sistema), desde que o licitante solicite e fundamente o pedido de prorrogação, antes de findo o prazo original, e que os argumentos sejam aceitos pelo pregoeiro.

12.5. A homologação e adjudicação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.transparencia.mpf.mp.br](http://www.transparencia.mpf.mp.br).

12.12. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Edital.

Brasília, data conforme assinatura digital

**ROSIMEIRE RUFINO DA ROCHA**

Subsecretária de Licitações e Dispensas Eletrônicas Substituta

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**  
**TERMO DE REFERÊNCIA – Nº 11/2026 – COOARC/SUBCORP/SA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Art. 6º, XLI e Art. 28º, I da Lei nº 14.133/2021**

**1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Contratação de Empresa especializada em Serviço Técnico de Manutenção em Equipamentos Oftalmológicos para prestação de manutenção preventiva e corretiva, calibração e fornecimento de peças, componentes e acessórios (mediante procedimento de faturamento e pagamentos eventuais), bem como substituição, em caso de reparo prolongado, dos equipamentos oftalmológicos da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da Procuradoria-Geral da República (SSI-Saúde/PGR), conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**1.2 As especificações técnicas dos serviços** encontram-se pormenorizadas no **Anexo A** deste Termo de Referência.

**1.3 Quantitativos estimados:**

1.3.1 O quantitativo de equipamentos oftalmológicos objeto dos serviços consta no **ANEXO A**, e compõe o parque tecnológico do consultório oftalmológico da SSI-Saúde.

**1.4 Ramo de Atividade predominante da contratação:** Código do **Grupo: 871**, código do **serviço: 13528** – Manutenção de aparelho oftalmológico - uso médico. (fonte: catálogo de serviços do <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>).

**1.5 Prazo do contrato:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (**doze**) meses, contados da data de xx/xx/2026, podendo ser prorrogado por até 10 anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5.1 Considerando que a vigência do atual contrato – **TC nº 15/2021 (PGEA: 1.00.000.016397/2020-58)** findará em 06/11/2026. Caso a assinatura do contrato se efetive antes dessa data, a vigência da nova contratação só se iniciará a partir de 07/11/2026.

1.6 O objeto desta contratação é considerado **serviço de natureza continuada** no âmbito do Ministério Público Federal, conforme prescreve o **Art. 1º, inciso XXV** da Instrução Normativa MPF nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, *in verbis*:

*Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:*

(...)

**XXV. Manutenção de equipamentos médico-hospitalares, laboratoriais e odontológicos.**

**2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos subitens seguintes, bem como no estudo técnico preliminar elaborado pelos responsáveis pelo planejamento da contratação, em especial quanto a “descrição da necessidade”:

**“1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

*A Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SSI-Saúde) objetivando atender as regulamentações, normativas vigentes no Brasil bem como atender o Programa Nacional de Qualidade e Segurança do Paciente, realiza atendimentos médicos/enfermagem/odontológicos/nutrição para Membros/Servidores e seus dependentes bem como aos colaboradores e visitantes.*



A SSI-Saúde possui um consultório adaptado com equipamentos oftalmológicos para a realização de exames e consultas oftalmológicas. O Consultório utiliza instrumentos de alta precisão, como refratores, lâmpadas de fenda, tonômetros e telas de acuidade visual, essenciais para diagnósticos confiáveis e a segurança do paciente.

Considerando que os equipamentos oftalmológicos em uso são, em sua maioria, antigos, — alguns instalados à época da implantação do consultório, na década de 1990 —, observa-se maior suscetibilidade ao desgaste natural de componentes mecânicos, eletrônicos e ópticos. Tal condição aumenta significativamente o risco de falhas, oscilações de desempenho e interrupções inesperadas no atendimento, o que justifica a ampliação do número de manutenções preventivas anuais, como medida prudente e tecnicamente recomendável.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças mediante ressarcimento, mostra-se imprescindível para assegurar o adequado funcionamento dos equipamentos da SSI-Saúde/PGR, garantir a continuidade dos atendimentos, preservar o patrimônio público e assegurar a confiabilidade e a segurança da assistência prestada.

A ausência ou insuficiência de manutenção preventiva e corretiva nesses equipamentos pode ocasionar desgastes acentuados, evolução de pequenos defeitos para falhas de maior complexidade, além de danos irreversíveis aos aparelhos, comprometendo sua vida útil e a segurança dos procedimentos realizados.

A falta de manutenção do parque tecnológico dos equipamentos oftalmológicos da SSI-Saúde, leva a eventos/circunstâncias desnecessárias aos profissionais e aos usuários da SSI-Saúde, como a interrupção dos processos/procedimentos que dão suporte no tratamento e na recuperação da saúde dos usuários que procuram assistência.

A presente contratação tem por objetivo assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos oftalmológicos vinculados a esta instituição, garantindo a segurança dos usuários e a plena operacionalidade dos aparelhos essenciais às atividades assistenciais.

Para garantir a longevidade, o desempenho e a segurança desses ativos (equipamentos médicos), verificou-se a necessidade imediata de iniciar novo processo de contratação. Tal medida é imprescindível para evitar a desassistência e assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos oftalmológicos, cuja manutenção contínua é fundamental para a segurança do paciente, a eficiência dos serviços e o cumprimento das normas técnicas.

Dessa forma, justifica-se a presente contratação, visando garantir a regularidade dos serviços e a continuidade do atendimento público com a qualidade e segurança necessárias.”

## **2.2. Justificativa quanto à natureza do serviço**

2.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como **serviço comum de engenharia**, conforme Art. 6º, XXI, alínea “a”, da Lei 14.133/2021.

2.2.1.1. Considerando ser caracterizado como serviço de engenharia que tem por objeto ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

## **2.3 Alinhamento ao Planejamento Estratégico**

2.3.1 A presente contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (PEI/MPF) para o período 2025-2027, instituído por meio da **Portaria PGR/MPF nº 733, de 12 de agosto de 2025**, na medida em que atende ao Objetivo Estratégico 07: - incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável, uma vez que tal contratação permite que seja prestada assistência em saúde de qualidade e segura aos trabalhadores da instituição, com equipamentos confiáveis, contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar no ambiente de trabalho.

A contratação se encaixa na Efetividade: o alcance de resultados positivos para a sociedade contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de membros, servidores e seus dependentes, uma vez que a contratação desta empresa especializada é necessária e imprescindível para a atuação desta SSIS.

A contratação alinha-se, ainda, aos objetivos de contribuição dos serviços de saúde elucidados no Plano Diretor de Saúde do MPF, qual seja:

- a) Promover a saúde das pessoas para o pleno exercício funcional;
- b) Ampliar a abrangência da atenção à saúde;
- c) Aprimorar a atuação integrada para a promoção da saúde;
- d) Aprimorar a eficiência e a efetividade na gestão da saúde.

## **2.4 Enquadramento da contratação**

2.4.1. A contratação fundamenta-se no artigo 6º, inciso XLI, e no artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**2.5** O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: etiqueta **PGR-95981/2026**

II) Data de publicação no PNCP do PCA-2026: **23/03/2026**.

III) Data de publicação no Portal de Transparência do MPF: **17/06/2025**.

## **2.6 Justificativa para o não parcelamento**

2.6.1 A presente contratação pleiteada consta de grupo único, não há possibilidade de parcelamento da solução.

2.6.2 Esta forma é economicamente viável pois não fere o princípio da competitividade e não causa prejuízo da solução. Em observância ao disposto no Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a Administração justifica o não parcelamento do serviço de manutenção de equipamentos de saúde com fundamento na viabilidade técnica e economia de escala. Conforme o § 1º do referido artigo, a divisão do objeto em lotes distintos implicaria em perda de economia de escala e no aumento injustificado dos custos de gestão e fiscalização contratual.

2.6.3 Não há viabilidade técnica para parcelar a solução, pois alguns equipamentos do parque tecnológico de saúde funcionam de forma sistêmica. A manutenção unificada garante que todo o fluxo assistencial seja preservado, evitando que a falha de um elo comprometa o funcionamento dos demais equipamentos dependentes. A fragmentação do serviço entre diferentes prestadores comprometeria a interoperabilidade, uma vez que padrões de calibração e protocolos de manutenções preventivas distintos poderiam gerar falhas de leitura ou incompatibilidades sistêmicas, elevando o risco assistencial.

2.6.4 O não parcelamento assegura a unidade de responsabilidade, permitindo que a Administração exija da contratada o pleno funcionamento do fluxo assistencial como um todo, sem o risco da diluição de responsabilidade técnica onde uma empresa atribui a falha à interferência do equipamento mantido por outra.

2.6.5 Portanto, a manutenção unificada assegura a padronização dos processos de assistência técnica e a eficiência administrativa, revelando-se a solução mais vantajosa para o interesse público ao mitigar riscos de falhas de sistemas integrados de equipamentos e otimizar o controle operacional da execução dos serviços.

## **2.7 Da participação na Licitação**

2.7.1 A licitação não será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Art. 49, II, da Lei Complementar nº 123/2006.

*“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:*

*II – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.”*

2.7.2 O objeto desta contratação **não possibilita a participação de pessoas físicas.**

2.7.2.1 Conforme o Art. 10 da IN SEGES/ME nº 116/2021, a execução do serviço de-manda infraestrutura especializada e suporte logístico — como regime de plantão, pronta respos-ta e estoque de peças para os variados equipamentos — incompatíveis com a natureza profissio-nal da pessoa física.

2.7.2.2 A manutenção de um parque tecnológico de saúde numeroso exige unidade de responsabilidade e a preservação da interoperabilidade sistemática entre os dispositivos. A ad-missão de profissionais autônomos importaria uma fragmentação excessiva do objeto, o que com-prometeria a segurança do paciente e a eficiência administrativa, em inobservância ao Art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

2.7.2.3 A exigência de pessoa jurídica contribui com a economia de escala, a padro-nização dos processos e a robustez operacional necessária para assegurar a continuidade dos ser-viços de saúde e a plena fiscalização contratual.

### **3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada, de acordo com as disposições abaixo:

#### **3.2 Dos serviços:**

3.2.1. Contratação de empresa especializada em Serviço Técnico de Manutenção em Equipamentos Oftalmológicos para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, componentes e acessórios, e calibração dos equipamentos oftalmológicos da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da Procuradoria Geral da República.

3.2.2 A relação sintética das principais atividades do Serviço Técnico Especializado de Manutenção em Equipamentos Oftalmológicos, a serem executadas na Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da Procuradoria Geral da República inclui:

3.2.2.1 **Manutenção Corretiva** sempre que houver chamado técnico: realização de reparos para eliminar defeitos técnicos e/ou decorrentes do uso normal, bem como a execução de testes de calibração, incluída a substituição de peças, acessórios e baterias, se necessárias, mediante fornecimento, faturamento e pagamento de materiais excepcionais, visando restabelecer o perfeito funcionamento do equipamento.

3.2.2.2 **Manutenção Preventiva Quadrimestral** previamente agendada: realização de serviços de revisão em geral, fixação e troca de parafusos, roscas, bielas, borrachas de vedação, fusíveis e demais peças, bem como limpeza, correção de vazamentos, ajustes e testes de desempenho, de acordo com a recomendação dos fabricantes; testes de eficácia, calibração e lubrificação de peças, verificação da calibração, e outros serviços de natureza técnica que tenham como finalidade de evitar a ocorrência de defeitos e acidentes, bem como garantir o contínuo e

perfeito funcionamento dos equipamentos, ou seja, os procedimentos e peças a serem utilizados em cada manutenção preventiva serão definidos conforme análise técnica.

3.2.3 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, das 9h00 às 18h00, em horário específico agendado com a CONTRATANTE.

3.2.3.1 Excepcionalmente, o CONTRATANTE poderá solicitar a prestação dos serviços de manutenção corretiva fora dos horários e dias previstos no item 3.2.3.

3.2.3.2 Os serviços deverão ser preferencialmente realizados na própria sede da CONTRATANTE. Caso seja necessária a retirada de equipamentos, o CONTRATANTE deverá ser formalmente comunicado e deve ser realizada de acordo com a legislação vigente. As despesas decorrentes são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.2.4 Instalação e desinstalação, ou seja, montagem e desmontagem, dos equipamentos, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE;

3.2.5 Elaboração de procedimentos operacionais de Manutenção Preventiva e Calibração para os equipamentos;

3.2.6 Calibração dos equipamentos de medição, bem como, aposição do selo do INMETRO, a calibração deve ser anual ou sempre que necessária.

3.2.7 Substituição de peças, baterias e acessórios dos equipamentos, quando necessário, mediante fornecimento, faturamento e pagamento de materiais excepcionais, conforme esclarecido em cláusula específica.

3.2.8 Emissão de laudos técnicos, quando solicitado pela CONTRATANTE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação.

3.2.9 Em toda e qualquer Manutenção Corretiva, cuja intervenção possa resultar em alteração dos parâmetros do Equipamento Oftalmológico, a CONTRATADA deverá realizar a respectiva Calibração do equipamento antes de liberar o mesmo para utilização.

3.2.10 Poderá ser aceita a substituição do técnico responsável, desde que a CONTRATADA comprove a experiência equivalente ou superior do substituto, e após aprovação pela CONTRATANTE.

3.2.11 A CONTRATADA deverá elaborar planos de manutenção e suporte que incluam treinamento especializado para o uso dos equipamentos, visando maximizar a eficiência das Consultas Técnicas e minimizar a necessidade de Chamados Técnicos, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.3 Os equipamentos oftalmológicos em que serão realizados os serviços constam no **ANEXO A deste Termo**.

3.3.1. A CONTRATANTE poderá substituir os equipamentos médicos listados no ANEXO A que se tornarem obsoletos, antieconômicos ou irrecuperáveis por modelos novos e de tecnologia similar.

3.3.2 As substituições descritas no subitem 3.3.1 não ensejarão alteração no valor contratual nem a necessidade de termo aditivo, desde que preservadas as funcionalidades originais, e garantida a continuidade dos serviços contratados.

3.3.3 A substituição será formalizada por relatório técnico enviado à CONTRATADA para ciência, com o detalhamento da motivação da troca, as especificações do novo equipamento e a comprovação de sua equivalência técnica.

### 3.4 Dos chamados Técnicos

3.4.1 A solicitação do Chamado Técnico para a CONTRATADA implica no início da contagem do Prazo de Atendimento Técnico e do Prazo de Reparo da seguinte forma:

3.4.1.1 O Chamado Técnico será realizado por meio de envio de correspondência eletrônica à CONTRATADA, descrevendo o motivo do chamado; nos casos mais urgentes como defeitos relacionados a grandes vazamentos ou a equipamentos exclusivos, os chamados serão realizados por contato telefônico institucional, com posterior envio de e-mail para registro do chamado.

3.4.2 O Prazo de Atendimento Técnico deverá ser atendido em até 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação do Chamado Técnico, cabendo ao Gestor do Contrato agendar horário próprio, a fim de permitir a disponibilidade dos equipamentos para os serviços e os testes.

3.4.3 O Reparo do equipamento, no caso de necessidade de substituição de peças e/ou remoção, deve ser providenciado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da solicitação, devendo o equipamento ser substituído imediatamente caso não haja disponibilidade de outro equipamento semelhante no parque tecnológico da CONTRATANTE.

3.4.3.1 O Prazo de Reparo não poderá exceder a 72 (setenta e duas) horas, a contar do primeiro atendimento técnico; e o prazo poderá ser estendido para 30 (trinta) dias úteis para aqueles reparos que envolvam reposição de peças/acessórios/componentes com importação comprovada, desde que justificada pela CONTRATADA e autorizada pela CONTRATANTE.

3.4.4 Quando verificada a necessidade de substituição de peça, esta deve ser feita por outra de configuração idêntica ou superior, original e nova, devendo apresentar à CONTRATANTE relatório com descrição detalhada dos itens substituídos.

3.4.5 A CONTRATADA deve refazer os serviços considerados inadequados pela área técnica do CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento da notificação de rejeição.

3.4.6 Para todo Chamado Técnico solicitado deverá ser **elaborado relatório**, conforme o **modelo constante no ANEXO B**, cuja cópia deverá ser encaminhada à CONTRATANTE, no qual deverão ser registradas as seguintes informações:

3.4.6.1 Data na qual a assistência técnica foi acionada;

3.4.6.2 Nomes dos responsáveis pelo chamado, pelo atendimento e pela comprovação do restabelecimento de funcionamento, com as respectivas assinaturas;

3.4.6.3 Descrição do(s) equipamento(s) envolvido(s), inclusive com modelo, número de série, patrimônio e outros códigos identificadores;

3.4.6.4 Descrição da(s) anormalidade(s) observada(s);

3.4.6.5 Providências tomadas, reparos efetuados e/ou peças substituídas, com as respectivas datas de execução;

3.4.6.6 Resultado (s) do (s) teste (s) aplicado (s);

3.4.6.7 O status final do atendimento da assistência técnica que foi prestada.

3.5 Fazem parte da presente especificação, no que forem aplicáveis, as normas dos fabricantes, bem como as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a legislação aplicável.

### 3.6. Do fornecimento, faturamento e pagamento de materiais excepcionais

3.6.1 Classificação: As peças/acessórios que venham a ser necessários para a execução dos

serviços devem ser de primeira qualidade e se classificam em:

3.6.1.1 Materiais excepcionais: não previstos no **Anexo A**, mas relacionados aos serviços objeto do contrato, cujo fornecimento dependerá de autorização expressa do CONTRATANTE.

### 3.6.2. Do Fornecimento de Materiais Excepcionais:

3.6.2.1 Para a composição dos valores destinados ao fornecimento de materiais excepcionais, estima-se, de forma prudencial, o montante anual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), valor que não constitui obrigação de execução integral, mas apenas limite para atender a eventuais demandas oriundas de manutenções nos equipamentos oftalmológicos, a serem previamente autorizadas pela CONTRATANTE. Tal estimativa fundamenta-se na impossibilidade de levantamento histórico preciso dos gastos com reposição e substituição de peças. Ademais, considerando que a maior parte dos equipamentos é antiga, há maior propensão ao desgaste natural de componentes e à ocorrência de falhas, o que eleva a probabilidade de manutenções corretivas com necessidade de substituição de peças. Nesse contexto, a previsão anual mostra-se necessária para assegurar a continuidade do funcionamento e a adequada manutenção dos equipamentos.

3.6.2.2 A CONTRATADA deverá apresentar proposta técnica e comercial, contendo justificativa para a necessidade, quantidades, especificações e valores.

3.6.2.3 Sempre que possível, o valor dos materiais será aferido com base em pesquisa de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores válidos. Essa pesquisa deve ser realizada ou validada pelo Fiscal Técnico do Contrato.

3.6.2.4 O valor a ser pago será o menor preço obtido na pesquisa de mercado, indicado na proposta da CONTRATADA.

3.6.2.5 Não será obrigatória a apresentação de nota fiscal de compra do material pela CONTRATADA, sendo admitido o fornecimento a partir de estoque próprio.

3.6.2.6 Em caso de fornecedor exclusivo, a CONTRATADA deve apresentar documentação comprobatória e documentos que demonstrem a singularidade da aquisição, inclusive quanto ao preço, a exemplo de:

- a) carta de exclusividade do fabricante ou distribuidor;
- b) cópia de nota(s) fiscal(is) de venda já realizada para outrem;
- c) declaração do fornecedor exclusivo de que o material nunca foi vendido anteriormente, se for o caso.

### 3.6.3. Situações emergenciais:

3.6.3.1. O CONTRATANTE poderá autorizar o fornecimento imediato de materiais excepcionais em caso de emergência.

3.6.3.2. Nesses casos, o pagamento será realizado com base na comprovação posterior dos gastos, inclusive por meio da Nota Fiscal de aquisição.

### 3.6.4. Faturamento dos Materiais Excepcionais

3.6.4.1. Para fins de faturamento dos mencionados materiais, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal própria, juntamente à medição quadrimestral dos serviços. A nota fiscal deve discriminar:

- 3.6.4.1.1. materiais fornecidos, com quantidades e valores unitários;



3.6.4.1.2. os tributos incidentes, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e a Solução de Consulta COSIT Nº 317 DE 23/12/2019.

3.6.5. O pagamento será processado junto a **medição quadrimestral** dos serviços, quando couber

## 4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1 Devem ser atendidos, pela CONTRATADA, os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a **gestão adequada dos resíduos gerados na execução dos serviços** (resíduos de limpeza, embalagens, etc.) estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, bem como da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2 É responsabilidade da empresa contratada capacitar e fiscalizar seus profissionais quanto a:

4.1.2.1 Práticas socioambientais para economia de energia;

4.1.2.2 Práticas socioambientais para economia de água;

4.1.2.3 Práticas socioambientais de redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestar o serviço, com observância às normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

### Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação parcial do objeto contratado.

### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência de prestação de garantia de execução contratual, nos termos do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.1. A dispensa da garantia fundamenta-se no fato de que os pagamentos serão realizados apenas após a efetiva prestação dos serviços de manutenção e a devida atestação técnica. Tal medida visa ampliar a competitividade do certame, desonerando os custos indiretos das licitantes, sem prejuízo à segurança da Administração, que mantém o poder de aplicar sanções e glosas em caso de descumprimento.

### Vistoria

4.4. A avaliação prévia dos locais do objeto da contratação é facultada e recomendada para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, agendada nos telefones (61) 3105-6651, por meio da **ASSESSORIA DE MEDICINA**, com, no mínimo, **5 (cinco) dias** de antecedência e ser realizada **até 2 (dois) dias úteis** antes da realização da licitação, das 09h00 às 18h00.

4.4.1. Na vistoria serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais.

4.4.2 Deverão ser disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.



4.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.4. O licitante deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita.

4.4.5. O licitante fará jus ao recebimento de um Comprovante de Vistoria emitido pela CONTRATANTE.

4.4.6. Independentemente da opção pela realização ou não da vistoria, o LICITANTE deverá apresentar declaração formal, para fins de habilitação, assinada pelo seu representante legal ou preposto, sob as penas da lei, de que tem **pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços**, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo **Anexo C** deste Termo de Referência.

4.4.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **Consórcio**

4.5. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, considerando que a natureza dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos oftalmológicos exige responsabilidade técnica unificada, padronização dos procedimentos, resposta ágil em casos de urgência e controle rigoroso de qualidade e rastreabilidade.

4.5.1 A divisão dessas responsabilidades entre consorciadas pode comprometer a continuidade, a segurança e a eficiência dos atendimentos, gerando riscos à integridade dos equipamentos e consequentemente à saúde dos pacientes.

4.5.2 A realidade de mercado demonstra a ampla disponibilidade de empresas especializadas no objeto desta contratação, as quais detêm autonomia técnica e operacional para sua execução, prescindindo de parcerias ou subcontratações.

4.5.3. A alta criticidade dos equipamentos oftalmológicos exige responsabilidade técnica unificada para prevenir conflitos de competência e assegurar a plena responsabilidade jurídica e sanitária em eventos adversos, aliada a uma eficiência operacional direta, cuja agilidade e padronização de protocolos em ambiente hospitalar são tecnicamente incompatíveis com a fragmentação gerencial e a complexidade decisória típicas de estruturas consorciadas.

## **5 – EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1 Da forma de execução da contratação: indireta, em regime de empreitada por **preço unitário**.

5.2 O objeto e sua execução compreendem:

5.2.1 A prestação dos serviços deverá ter início em data ou prazo fixado em Ordem de Serviço, contado a partir do recebimento da referida Ordem.

5.2.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser prestados em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, das 09h00 às 18h00, mediante agendamento prévio com a Assessoria de Medicina, pelo e-mail: [pgr-asmed@mpf.mp.br](mailto:pgr-asmed@mpf.mp.br) , telefones (61) 3105-6651. Caso a

CONTRATANTE altere os dados para contato, informará a CONTRATADA de imediato por correspondência eletrônica.

5.2.3 A prestação dos serviços de manutenção preventiva será realizada quadrimestralmente, nas datas previamente agendadas com o fiscal do contrato.

5.2.4 A prestação dos serviços de manutenção corretiva será solicitada por meio de chamados técnicos, conforme descrito no **item 3.4 deste termo de referência**.

### **5.3 Local da prestação dos serviços**

5.3.1 Os serviços serão executados na Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, localizada nas dependências da Procuradoria Geral da República, situada no SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Bloco E – Térreo, Sala ET-06, Ed. Procuradoria Geral da República, Brasília – DF, CEP 70050-900.

### **5.4 Materiais a serem disponibilizados**

5.4.1 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidade de acordo com a sua metodologia operacional, promovendo as substituições quando necessário, sob consulta e aprovação da fiscalização.

5.4.2 Os equipamentos oftalmológicos em que serão realizados os serviços constam no **ANEXO A** deste Termo.

### **5.5 Garantia dos serviços**

5.5.1 A garantia dos serviços prestados e das peças substituídas deverá ser de no mínimo 90 (noventa) dias a contar da realização do serviço ou do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante, se o prazo for superior.

## **6 – GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. Será de responsabilidade da **ASSESSORIA DE MEDICINA** da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da Procuradoria Geral da República (SSI-Saúde/PGR) a fiscalização técnica do contrato e acompanhamento da execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições

estabelecidas no Termo de Referência (TR), de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Portaria PGR/MPU nº 28/2023, art.17, VI);

6.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- b) Suspender a prestação do serviço contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no termo de referência e na proposta de serviço, submetendo o assunto à consideração da SA/MPF, para providências;

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, II);

6.8.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, III);

6.8.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, IV);

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, I e X).

6.9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XII).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, II).

6.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, II).

6.11.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, III).

6.11.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo

contratado e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VII).

6.11.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VIII).

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, V).

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.14. A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.

6.14.1 A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

## 7 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.1.3. O Instrumento de Medição de Resultados-IMR dar-se-á da seguinte forma:

7.1.3.1 Para efeito de aplicação de glosas são atribuídos graus e respectivos percentuais incidentes às infrações, os quais incidirão sobre o valor contratual **quadrimestral** vigente conforme tabela de graduação abaixo.

### TABELA DE GRADUAÇÃO

Soma Total dos pontos (mensal)	0 a 40 pontos	41 a 60 pontos	61 a 80 pontos	Acima de 80 pontos
Glosa (%)	0%	5%	7%	10%

7.1.4 A pontuação será aferida através de registros (falhas) levantados pela fiscalização do contrato e reclamações feitas pelos servidores e prestadores do órgão, após a apuração das ocorrências junto à CONTRATADA.

7.1.4.1 Apurada a desconformidade na prestação dos serviços será atribuído uma pontuação conforme tabela abaixo:

Item	Falhas	Unidade de Medida	Pontos
01	Deixar de atender chamado do CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e	Por ocorrência	10

	quatro) horas.		
02	Atendimento Técnico Insatisfatório identificado pelos usuários do equipamento.	Por ocorrência	10
03	Deixar de realizar manutenção corretiva, que necessite substituição de peças ou remoção, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.	Por ocorrência	10
04	Não substituição/retorno de equipamentos retirados para conserto após prazo estipulado em contrato.	Por semana de atraso	10
05	Não respeitar agendamento de manutenções preventivas.	Por ocorrência	10
06	Não responder as comunicações realizadas pela CONTRATANTE por e-mail dentro de prazo estipulado no referido e-mail.	Por ocorrência	10
07	Não fornecer documentação, referente a manutenção, solicitada pelo fiscal conforme termos de contrato.	Por ocorrência	10
08	Deixar de corrigir serviços executados e não aceitos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.	Por ocorrência	10

7.1.5 O período de avaliação das desconformidades será o mesmo da parcela/medição dos serviços prestados a serem pagos à CONTRATADA, quando será apurada a soma da pontuação decorrente das desconformidades descritas no subitem anterior.

7.1.6 Apuradas as desconformidades, com pontuação superior a 40 (quarenta) pontos, será encaminhado à CONTRATADA relatório detalhado dos registros. A CONTRATADA terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para apresentar justificativas para as desconformidades, as quais serão analisadas e respondidas pelo CONTRATANTE.

7.1.7 Durante os primeiros 60 (sessenta) dias de contrato, a título de carência, para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, não serão aplicadas glosas no caso de o relatório apontar pontuação acima de 40 (quarenta) pontos. A carência a que se refere o caput não será válida em caso de renovação contratual.

7.1.8 A aplicação das glosas acima não prejudica a aplicação de outras penalidades a que a CONTRATADA esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, nos termos previstos em lei.

7.1.9 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a falha na prestação do serviço c, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.1.10 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação do serviço.

7.1.11. A emissão da fatura pela CONTRATADA está condicionada à informação do valor de glosas resultante da avaliação do IMR para o período.

7.1.12. Constarão no relatório do(s) fiscal(is) do contrato, dentre outras informações, os indicadores/metast alcançadas, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais e demais informações relevantes para a gestão contratual.

7.1.13 Apuradas desconformidades, o fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA relatório detalhado dos registros. A CONTRATADA terá **3 (três) dias úteis** para apresentar justificativas para as desconformidades, as quais serão analisadas e respondidas pelo CONTRATANTE.

7.1.13.1 O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

7.1.13.2 As justificativas para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a

excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.1.14 O limite para aplicação das glosas previstas no Índice de Medição de Resultados (IMR) é de 10% do valor bruto da fatura correspondente à respectiva ordem de serviço.

## **7.2 Do recebimento**

7.2.1 Os serviços **serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#))

7.2.1.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.1.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.1.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.1.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.2.1 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.2.2.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

7.2.2.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.3 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.4 Os serviços serão **recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados** do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade



competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.4.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.2.4.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.4.3 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.2.4.4 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.5 No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do serviço, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do serviço ou no instrumento de cobrança.

7.2.7 O **recebimento provisório ou definitivo** não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **7.3 Do faturamento:**

7.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Secretaria de Administração do MPF, CNPJ nº26.989.715/0050-90, emitida em **até 02 (dois) dias úteis** contados da comunicação do CONTRATANTE, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade de habilitação exigidas no Edital de licitação.

7.3.1.1. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos constantes da nota de empenho.

7.3.1.2. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em até 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

7.3.2. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.3.3. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA eventuais valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

7.3.4 O **faturamento referente ao fornecimento de materiais** ocorrerá conforme **subitem 3.6** deste termo de referência.



Assinado com login e senha por ROSINEIRE RUFINO DA ROCHA, em 26/06/2026 10:31. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave ceaeabef.9670046b.c16109a9.2e9add62

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO DO GRUPO ÚNICO**.

## 8.2 Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverá ser observado os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

## 8.3 Qualificação Técnica

8.3.1 Para fins de qualificação técnica deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

## 9 – ESTIMATIVA DE PREÇO

9.1 A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e valor total, em moeda nacional, e deverão estar incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, conforme tabela a seguir:

### GRUPO ÚNICO

ITEM	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETI- VA DE EQUIPAMENTO OFTALMOLÓGICO	(A) QTD	(B) Valor Máximo Quadrimestral Unitário (R\$)	(C) Valor Máximo Total Quadrimestral (R\$) (A x B)	Valor Máximo Anual (R\$) (3 x C)
1.	CADEIRA OFTALMOLÓGICA	1	422,80	422,80	1.268,40
2.	COLUNA PANTOGRÁFICA	1	270,03	270,03	810,09
3.	LÂMPADA DE FENDA DIGITAL COM TONÔMETRO, CÂMERA FOTOGRÁFICA E FILMADORA	1	1.156,68	1.156,68	3.470,04
4.	LENSÔMETRO	1	250,12	250,12	750,36
5.	LENSÔMETRO AUTOMÁTICO	1	490,00	490,00	1.470,00
6.	MESA ELÉTRICA OFTALMOLÓGICA	4	150,94	603,76	1.811,28
7.	MOCHO	3	75,00	225,00	675,00
8.	OFTALMOSCÓPIO	2	280,00	560,00	1.680,00
9.	PROJETOR DE OPTÓTIPOS AUTOMÁTICO	1	231,34	231,34	694,02
10.	REFRATOR OFTALMOLÓGICO AUTOMÁTICO	1	980,00	980,00	2.940,00
11.	REFRATOR OFTALMOLÓGICO COM CILINDROS CON- JUGADOS	1	980,00	980,00	2.940,00
12.	RETINOSCÓPIO	1	250,00	250,00	750,00
13.	TONÔMETRO AUTOMATIZADO DE NÃO-CONTATO	1	734,94	734,94	2.204,82

VALOR TOTAL (R\$)		7.154,67	21.464,01
-------------------	--	----------	-----------

Item	DESCRIÇÃO	Valor Máximo Total Anual (R\$)
	MATERIAIS EXCEPCIONAIS para 1 (um) ano.	
14.	Materiais Excepcionais conforme subitens 3.6.2.1 do TR.	10.000,00

9.2. O valor **total anual estimado** da contratação é de R\$ 21.464,01 (vinte e um mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e um centavo), que somado ao valor previsto para peças (R\$ 10.000,00) para fornecimento, faturamento e pagamento de **materiais excepcionais** perfaz o valor total anual de R\$ 31.464,01 (trinta e um mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e um centavo).

9.3 O **Item 14 (Materiais excepcionais)** não fará parte da disputa para julgamento do menor preço, considerando ser valor estimado para o fornecimento de materiais excepcionais. **Não obstante, todos os licitantes devem considerar em sua proposta final este valor estimado, assim, todos os licitantes terão isonomia para o custo deste item.**

## 10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I – UG emitente: 200100.

II – Plano de trabalho: 03062003142640001

III – Plano Interno: SSIS1

IV – Fonte:100

V – Elemento de despesa: 33.90.39-17

10.3 A contratação refere-se a despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam-se as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000.

## ANEXO A – LISTA DESCRITIVA DOS EQUIPAMENTOS

ITEM	EQUIPAMENTOS OFTALMOLÓGICOS DA SSIS/PGR	MARCA	MODELO	QUANT
1.	CADEIRA OFTALMOLÓGICA	XENÔNIO	EL-4	1
2.	COLUNA PANTOGRÁFICA	APRAMED	APM-3	1
3.	LÂMPADA DE FENDA DIGITAL COM TONÔMETRO, CÂMERA FOTO-GRÁFICA E FILMADORA	TOPCON	SL-D 8Z	1
4.	LENSÔMETRO	SIOM	LS-1	1
5.	LENSÔMETRO AUTOMÁTICO	HUVITZ	CLM 3100P	1
6.	MESA ELÉTRICA OFTALMOLÓGICA	DFV	START I E II	4
7.	MOCHO	XENÔNIO	-	3
8.	OFTALMOSCÓPIO	WELCH ALLYN	11720 11710	2
9.	PROJETOR DE OPTÓTIPOS AUTOMÁTICO	1 HUVITZ	CCP3100	1
10.	REFRATOR OFTALMOLÓGICO AUTOMÁTICO	HUVITZ	MRK-3100	1
11.	REFRATOR OFTALMOLÓGICO COM CILINDROS CONJUGADOS	TOPCON	VT-10	1
12.	RETINOSCÓPIO	WELCH ALLYN	18200	1
13.	TONÔMETRO AUTOMATIZADO DE NÃO-CONTATO	TOPCON	CT 80	1

## ANEXO B – RELATÓRIO DE CHAMADO TÉCNICO – MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Relatório de chamado técnico – Manutenção Preventiva
Empresa: CNPJ:
Data de Abertura do Chamado Técnico:
Data de Atendimento:
Servidor responsável:
Técnico responsável:
Equipamento:
Patrimônio:
Problema identificado:
Providências tomadas:
Resultados dos testes:
Status final do atendimento:
Assinatura do servidor:
Assinatura do técnico:

## ANEXO C – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS

A empresa: \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ no

\_\_\_\_\_, por intermédio de seu Representante legal ou preposto, o Sr(a).

\_\_\_\_\_, portador da identidade no \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Brasília, xx, xx de xxxxxx de 202X.

\_\_\_\_\_  
(Nome Completo do Responsável ou preposto)

## ANEXO D – DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÕES NO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa: \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ no \_\_\_\_\_, por intermédio de seu Representante legal ou preposto, o Sr(a). \_\_\_\_\_, portador da identidade no \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, que possui ou instalará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a formalização do contrato, unidade localizada no Distrito Federal (matriz ou filial), viabilizando o pronto atendimento dos serviços de forma a assegurar maior qualidade de atendimento, reduzir tempos de resposta, garantir disponibilidade de pessoal técnico e evitar atrasos ou interrupções na prestação dos serviços.

Brasília, xx, xx de xxxxxx de 202X.

\_\_\_\_\_  
(Nome Completo do Responsável ou preposto)



## ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº xx/2026

QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E A EMPRESA XXXXXXXXX.

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, com sede no SAF Sul – Quadra 04 – Conjunto C - Brasília/DF, CNPJ sob o nº 26.989.715/0050-90, neste ato representada pelo Secretário de Administração, Senhor **THIAGO LONGO MENEZES**, servidor público, matrícula funcional xxxxxxxx, nomeado por meio da Portaria nº 181 de 26/02/2025, no uso da competência atribuída pelo artigo 74, inciso XIV, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, ou, nas ausências e impedimentos deste, pelo Secretário de Administração Adjunto, Senhor **DAVI LUCAS BOIS**, servidor público, matrícula funcional xxxxxxxx, nomeado por meio da Portaria nº 173 de 12/06/2020, ambos residentes e domiciliados nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE**, e a **XXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nºXXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXX em XXXXXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXX**, (*nome e função no contratado*), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 1.00.000.008863/2025-36**, referente **Pregão nº xxx/2026**, considerando as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, no **Termo de Referência nº 11/2026 – COARC/SUBCORP/SA**, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço **unitário**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Serviço Técnico de Manutenção em Equipamentos Oftalmológicos para prestação de manutenção preventiva e corretiva, calibração e fornecimento de peças, componentes e acessórios (mediante procedimento de faturamento e pagamentos eventuais), bem como substituição, em caso de reparo prolongado, dos equipamentos oftalmológicos da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da Procuradoria-Geral da República (SSI-Saúde/PGR)

**Parágrafo Único** – Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e ao Termo de Referência, identificados no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (**doze**) meses, contados da data de xx/xx/2026, podendo ser prorrogado por até 10 anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permiti-

da a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- f) Não tenha registro no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal (CADIN).

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**Parágrafo Primeiro** – Dentro da vigência do contrato estão previstos todos os serviços, não apenas os serviços de entrega, mas também as demais obrigações e prazos contidos no Termo de Referência, bem como os procedimentos de recebimentos provisório e definitivo. Destaca-se que os serviços contratados só poderão ser executados durante a vigência do contrato, não restando nenhuma obrigação para as partes contratantes após o término da vigência contratual.

**Parágrafo Segundo** – No início de cada exercício financeiro, a continuidade do contrato deve ser avaliada, sujeita à disponibilidade de recursos orçamentários para o próximo exercício e à certificação, por parte da autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem favoráveis para a Administração. É permitida a negociação com o CONTRATADO ou a rescisão do contrato sem encargos para ambas as partes, conforme estipulado na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – ESPECIFICAÇÕES, REQUISITOS, MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

As especificações, os requisitos, o regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos do **Subitem 4.2** do termo de referência.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

O valor **anual** estimado do contrato é de R\$ XXXXX (XXXX), conforme discriminado a seguir

## GRUPO ÚNICO

ITEM	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTO OFTALMOLÓGICO	MARCA\FABRICANTE	MODELO	(A) QTD	(B) Valor Quadrimestral Unitário (R\$)	(C) Valor Total Quadrimestral (R\$) (A x B)	Valor Anual (R\$) (3 x C)
1.	CADEIRA OFTALMOLÓGICA	XENÔNIO	EL-4	1			
2.	COLUNA PANTOGRÁFICA	APRAMED	APM-3	1			
3.	LÂMPADA DE FENDA DIGITAL COM TONÔMETRO, CÂMERA FOTOGRÁFICA E FILMADORA	TOPCON	SL-D 8Z	1			
4.	LENSÔMETRO	SIOM	LS-1	1			
5.	LENSÔMETRO AUTOMÁTICO	HUVITZ	CLM 3100P	1			
6.	MESA ELÉTRICA OFTALMOLÓGICA	DFV	START I E II	4			
7.	MOCHO	XENÔNIO	-	3			
8.	OFTALMOSCÓPIO	WELCH ALLYN	11720 11710	2			
9.	PROJETOR DE OPTÓTIPOS AUTOMÁTICO	1 HUVITZ	CCP3100	1			
10.	REFRATOR OFTALMOLÓGICO AUTOMÁTICO	HUVITZ	MRK-3100	1			
11.	REFRATOR OFTALMOLÓGICO COM CILINDROS CONJUGADOS	TOPCON	VT-10	1			
12.	RETINOSCÓPIO	WELCH ALLYN	18200	1			
13.	TONÔMETRO AUTOMATIZADO DE NÃO-CONTATO	TOPCON	CT 80	1			
Item	DESCRIÇÃO					Valor Total Anual (R\$)	
	MATERIAIS EXCEPCIONAIS para 1 (um) ano.						
14.	Materiais Excepcionais conforme subitens 3.6.2.1 do TR.					10.000,00	

**Parágrafo Único** – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **22/04/2026**.

6.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no **subitem 6.1**, o Contratante deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a Contratada do início da instrução.

6.2.1 Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.2.2 Não iniciado o procedimento de reajuste pela Contratante, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

6.2.3 Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no **subitem 6.2**, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

6.2.3.1 Em caso de ausência de manifestação da Contratada sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo Contratante.

6.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7 O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

6.8 As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA SÉTIMA– DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

A forma de faturamento e o prazo para pagamento à CONTRATADA, bem como as demais condições encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 Caberá ao CONTRATANTE:

8.1.1 Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

8.1.2 Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;

8.1.3 Conferir o(s) serviço(s) especificado(s) e registrar as divergências quanto à quantidade e/ou qualidade previstas;

8.1.4 Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;

8.1.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;

8.1.6 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.7 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

8.1.8 O CONTRATANTE, por intermédio de servidor(es) nomeado(s), reserva-se o direito de exercer a gestão e fiscalização sobre os serviços contratados, ficando a cargo da Secretaria de Administração (SA/MPF) aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste Contrato ou rescindir o contrato, caso a CONTRATADA descumpra quaisquer das prescrições estabelecidas;

8.1.9 Será(ão) nomeado(s) servidor(es), que ficará(ão) responsável(eis) pela, gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas. Ademais, caberá ao(s) Gestor(es) atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA;

8.1.9.1 O(s) servidor(es) nomeado(s) para atuarem na gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado terá(ão) poderes para:

a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;

b) Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, submetendo o assunto à consideração da SA/MPF, para providências;

c) Recusar qualquer serviço que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

8.1.10 O CONTRATANTE reserva-se o direito de realizar diligências, a qualquer momento, com o objetivo de verificar se o(s) atestado(s), comprovante(s) e demais documentos são adequados e atendem às exigências contidas no Termo de Referência ou neste Contrato, podendo exigir apresentação de documentação complementar referente à prestação de serviços relativos aos comprovantes apresentados.

## **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas quanto à prestação do(s) serviço(s):

9.1.1. Indicar formalmente seu preposto;

9.1.2. Planejar a execução e a supervisão dos serviços;

9.1.3. Realizar os serviços na quantidade, prazos e qualidades especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo CONTRATANTE, em estrita conformidade com as especificações constantes no termo de referência, e no que forem aplicáveis, com as normas pertinentes e com a legislação vigente;

9.1.4. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução dos serviços em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, de ofício ou após a notificação formal do CONTRATANTE;

9.1.5. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução dos serviços para análise e decisão do CONTRATANTE;

9.1.6. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;

9.1.7. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

9.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa de seus empregados ou de empresa por ela contratada, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o ressarcimento do valor da nota fiscal/fatura do mês e/ou da garantia, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.1.9. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços;

9.1.10. Comunicar o CONTRATANTE, no período máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de início da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.11. Nos termos do Art. 116 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá, ao longo de toda a execução do contrato, cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

## 9.2. Quanto às vedações:

9.2.1. É vedado **ter em seu quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação;

9.2.1.1. A vedação prevista no subitem 9.2.1 não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade;

9.2.1.2. A vedação constante no subitem 9.2.1 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incom-



patibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

9.2.1.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;

**9.2.2. Também não será permitido:**

9.2.2.1. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.2.2.2. Permitir que seus empregados pratiquem a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências do CONTRATANTE, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas neste Contrato;

9.2.2.3. Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

9.2.2.4. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

9.2.3. Nos termos do Art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, é vedado à CONTRATADA, durante a vigência do contrato, **contratar** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público do CONTRATANTE que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

**9.3. Quanto às obrigações gerais:**

9.3.1. Para fins de habilitação, a empresa deverá comprovar regularidade nos termos previstos no Edital de Licitação;

9.3.2. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.

9.3.3. Deverá a CONTRATADA atender e se adequar ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);

9.3.4. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1 O CONTRATANTE, atuando como controlador, e a CONTRATADA, atuando na condição de operadora, comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para o CONTRATANTE, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.

10.2 No tratamento de dados pessoais que forem confiados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a:

- a) realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE;
- b) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do CONTRATANTE e nos instrumentos contratuais, tais como:

- (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade,
- (ii) anonimização, pseudonimização e criptografados dados pessoais, quando aplicável,
- (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e
- (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais.

c) manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;

d) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;

e) permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo CONTRATANTE ou por quem por ele autorizado; ou comprovar a conformidade com a LGPD, quando requerida pelo CONTRATANTE;

f) compartilhar com a CONTRATANTE qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;

g) comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE, com tolerância de no máximo 2 dias úteis, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações:

- (i) data e hora do incidente,
- (ii) data e hora da ciência pela CONTRATADA,
- (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente,
- (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos,
- (v) dados de contato do Encarregado da CONTRATADA ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido,
- (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e

(vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos.

h) informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;

i) anonimizar ou devolver para o CONTRATANTE todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;

j) não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização do CONTRATANTE, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;

k) caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;

l) não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização do CONTRATANTE; e

m) registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

10.3 O CONTRATANTE pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

10.4 A CONTRATADA é obrigada a reparar os danos causados ao CONTRATANTE e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, conforme **subitem 4.3 do Termo de Referência**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, à CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando à CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do **subitem 12.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h” e “i” do **subitem 12.1**, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, que justifiquem a imposição **de penalidade** mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. **Multa**:

12.2.4.1. **Multa Moratória**, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:

a) ensejar o retardamento da execução do serviço contratado, de forma injustificada, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) **por dia de atraso** sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a mora ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, que incidirá até o prazo para a configuração da inexecução contratual, previsto no **subitem 12.2.4.2**;

b) ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações não quantificada no contrato, no percentual 0,5% do valor da fatura correspondente ou sobre o valor da parcela inadimplida, conforme o caso, por dia de atraso, até **o décimo quinto dia de mora**;

12.2.4.2. **Multa Sancionatória** após **o décimo quinto dia de mora**, conforme percentuais incidentes sobre o valor do contrato:

a) multa de **2,0% a 4,0%** para as infrações das alíneas “a”, “b”, “c”, **“d”** e “e” do subitem 12.1, observando a dosimetria mencionada no subitem 12.6; e

b) multa de **4,0% a 7,5%** para as infrações das alíneas “f”, “g”, “h” e **“i”** do subitem 12.1, observando a dosimetria mencionada no subitem 12.6.

12.2.4.2.1. No caso das infrações previstas nas alíneas “d”, “f”, “g”, “h” e “i” do **subitem 12.1**, os limites mínimos ou máximos estabelecidos poderão ser ultrapassados em face dos demais critérios de dosimetria mencionados no **subitem 12.6**.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Além das hipóteses do **subitem 12.2.4.2**, poderá ser imposta multa sancionatória de forma cumulada com todas as sanções previstas neste Contrato, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023 e no art.156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

12.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013).

12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

i) UG Executora: 200100.

ii) PTRES: 03062003142640001

iii) Plano Interno: SSIS1

iv) Fonte de Recursos:100

v) Natureza da Despesa:33.90.39-17

vi) Nota de Empenho nº 202xNE000xxx, de xx/xx/2026.

**Parágrafo Único** – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições



contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Primeiro** – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo Segundo** – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Terceiro** – Nos termos do parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021, eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, cuja resposta, por parte da CONTRATANTE, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento da documentação, podendo ser prorrogado por igual período.

**Parágrafo Quarto** – Nos termos dos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, a Administração realizará consulta prévia ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, como condição para a celebração de quaisquer termos aditivos

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021 e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – APROVAÇÃO**

O presente Contrato e seus aditivos somente terão eficácia depois de aprovado pelo(a) Sr.(a) Secretário(a)-Geral do Ministério Público Federal, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso XXV, do artigo 6º, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382 de 05/05/2015 ou pelo(a) Secretário(a)-Executivo(a) da Secretaria-Geral, mediante delegação de competência, atribuída por norma interna.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

O Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para dirimir quaisquer dúvidas que vierem a surgir no cumprimento das obrigações aqui estabelecidas, que não possam ser dirimidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

*Assinatura Digital*  
**CONTRATANTE**

*Assinatura Digital*  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

*Assinatura Digital*

*Assinatura Digital*

**ANEXO AO CONTRATO:**

- 1 – TERMO DE REFERÊNCIA – Nº 11/2026 – COOARC/SUBCORP/SA**
- 2 – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS)**

## TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS)

Com base nas Leis n. 12.527/2011, n. 12.965/2014 e n. 13.709/2018, na Resolução CNMP n. 281/2023, e no(a) \* (indicar normativo interno aplicável), eu, \* (nome completo), inscrito no CPF n. \*, matrícula n. \*, na qualidade de **MEMBRO/SERVIDOR/ESTAGIÁRIO/COLABORADOR TERCEIRIZADO**, comprometo-me a manter sigilo dos dados pessoais a que tiver acesso durante minhas atividades no **Ministério Público Federal**.

Declaro ciência das seguintes definições legais:

- Dado pessoal: Informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- Dado pessoal sensível: Dados sobre origem racial, convicção religiosa, opinião política, saúde, vida sexual, genética ou biometria;
- Titular dos dados: Pessoa a quem os dados pessoais se referem;
- Banco de dados: Repositório, físico ou eletrônico, que contenha dados pessoais;
- Tratamento de dados: Qualquer operação realizada com dados pessoais (coleta, uso, armazenamento etc.).

Reconheço que o **Ministério Público Federal** realiza o tratamento de dados pessoais e que, no exercício de minhas funções, terei acesso a tais informações, incluindo dados sensíveis e de crianças e adolescentes.

Comprometo-me a:

1. Manter sigilo e cautela no tratamento de dados, evitando sua divulgação indevida;
2. Tratar dados pessoais apenas no âmbito de minha atuação e para finalidades legítimas, conforme a LGPD;
3. Não guardar cópias ou registros pessoais dos dados acessados e restituí-los quando solicitado;
4. Informar imediatamente sobre qualquer violação de segurança ou uso indevido dos dados;
5. Cumprir este compromisso mesmo após o término de meu vínculo com a instituição.

*Cidade/Estado, /\_\_.*

**Assinatura**

**MEMBRO/SERVIDOR/ESTAGIÁRIO/COLABORADOR TERCEIRIZADO**

### ANEXO III – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Local, xx de xxxxx de 2026

[Nome da Empresa proponente]

[Endereço]

[e-mail e telefone]

[CNPJ]

Ao

Ministério Público Federal

Secretaria de Administração do MPF

Ref.: Edital de Pregão 900XX/2026 – Proposta

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta para o grupo abaixo discriminado no valor total de R\$ \_\_\_\_\_

#### GRUPO ÚNICO

ITEM	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETI- VA DE EQUIPAMENTO OFTALMOLÓGICO	(A) QTD	(B) Valor Quadrimestral Unitário (R\$)	(C) Valor Total Quadrimestral (R\$) (A x B)	Valor Anual (R\$) (3 x C)
1.	CADEIRA OFTALMOLÓGICA	1			
2.	COLUNA PANTOGRÁFICA	1			
3.	LÂMPADA DE FENDA DIGITAL COM TONÔMETRO, CÂMERA FOTOGRÁFICA E FILMADORA	1			
4.	LENSÔMETRO	1			
5.	LENSÔMETRO AUTOMÁTICO	1			
6.	MESA ELÉTRICA OFTALMOLÓGICA	4			
7.	MOCHO	3			
8.	OFTALMOSCÓPIO	2			
9.	PROJETOR DE OPTÓTIPOS AUTOMÁTICO	1			
10.	REFRATOR OFTALMOLÓGICO AUTOMÁTICO	1			
11.	REFRATOR OFTALMOLÓGICO COM CILINDROS CON- JUGADOS	1			
12.	RETINOSCÓPIO	1			
13.	TONÔMETRO AUTOMATIZADO DE NÃO-CONTATO	1			
VALOR TOTAL (R\$)					

Item	DESCRIÇÃO	Valor Máximo Total Anual (R\$)
	MATERIAIS EXCEPCIONAIS para 1 (um) ano.	
14.	Materiais Excepcionais conforme subitens 3.6.2.1 do TR.	10.000,00

Declaramos, expressamente, que:

1. A presente Proposta é válida por (.....) dias a partir desta data (*no mínimo 60 dias*)
2. Concordamos, integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da contratação estabelecidas no Edital e seus anexos
3. Para fins de contratação junto ao Ministério Público Federal:

☐ O quadro societário desta empresa não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nem pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

☐ O quadro societário desta empresa possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e/ou pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, abaixo identificado.

Nome do Membro/Servidor: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Órgão de Lotação: \_\_\_\_\_

Grau de Parentesco: \_\_\_\_\_

4. A nossa proposta inclui a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Dados Bancários:

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Conta: \_\_\_\_\_

Atenciosamente,

[Nome da Empresa Proponente]

[Representante Legal]

....., ..... de ..... de 2026

# MPF



ADMINISTRAÇÃO